

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS¹

ANALYSIS OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM - PAA IN THE MUNICIPALITY OF FREDERICO WESTPHALEN / RS

Josiele Maria Fão², Marieli Gartner Rigodanzo³, Fabiana Zanardi⁴, Claudia Cristina Wesendonck⁵

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida no Programa de Graduação Administração: Gestão Pública, vinculado a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS.

² Bolsista PROSUC/CAPES, aluna do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional, da UNIJUI. Graduada em Administração (2010), Graduada em Administração: Gestão Pública (2016), Especialista em Gestão Empresarial (2012), Especialista em Liderança e Sustentabilidade (2017).

³ Graduação em Administração: Gestão Pública pela UERGS.

⁴ Graduada em Serviço Social (2002), Especialista em Saúde Coletiva: Ênfase em Sanitarismo (2010), Bolsista Unijui, aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Unijui.

⁵ Professora Adjunta do curso de Administração Pública da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Toledo/PR.

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

RESUMO

O presente estudo visa verificar a importância e relevância do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que foi aderido através da Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Frederico Westphalen. Que tem por objetivo analisar o impacto que o programa PAA tem no município, além de apontar quais as ações do programa, seu público alvo e a percepção dos beneficiários perante a atuação do programa. O método de estudo é classificado como quantitativo e qualitativo. Foi desenvolvido um questionário com perguntas fechadas, que buscava identificar o perfil do beneficiário, a melhoria na qualidade de vida e sua satisfação com o programa. As políticas públicas tem grande importância na sociedade em que atuam, as políticas direcionadas e aderidas pelos municípios contribuem de maneira positiva para a melhoria na qualidade de vida dos munícipes e para o desenvolvimento da região como um todo. Como a maioria dos titulares das famílias são mulheres, a percepção destas perante a atuação do programa é muito positiva, visto que os alimentos recebidos tinham de satisfazer um grande número de dependentes. Dentre alguns aspectos variáveis, a participação nas atividades desenvolvidas e oferecidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, não são muito aproveitadas pelos beneficiários. Por fim, o grande destaque é a satisfação por parte dos beneficiários com o recebimento dos alimentos.

Palavras-Chave: Beneficiários, políticas públicas, programa PAA, satisfação.

ABSTRACT

This study aims to verify the importance and relevance of the Food Acquisition Program - PAA which was joined by Department of Social Welfare and Housing of the City of Frederick. Which aims to analyze the impact of the EAP program is in the city, while pointing out that the program's actions, your target audience and the perception of the beneficiaries before the program's performance. The

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

study method is classified as quantitative and qualitative. It developed a questionnaire with closed questions, which sought to identify the profile of the beneficiary, improving the quality of life and their satisfaction with the program. Public policy is very important in the society in which they operate, the targeted policies and adhered by municipalities contribute positively to improving the quality of life of citizens and the development of the region as a whole. Like most families of holders are women, the perception of these before the performance of the program is very positive, as they received food had to meet a large number of dependents. Among some variables aspects, participation in activities developed and offered by the Social-CRAS Assistance Reference Center and Specialized Reference Center for Social Assistance CREAS are not very much enjoyed by the beneficiaries. Finally, the highlight is the satisfaction of the beneficiaries with the receipt of food.

Keywords: Beneficiaries, public policy, PAA program, satisfaction

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo realiza uma análise da atuação da Secretaria de Assistência Social e Habitação do município de Frederico Westphalen/RS, por meio da construção e aplicação de projetos sociais e políticas públicas que buscam inserir a população de forma justa na sociedade. Foi realizado uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que é oferecido pelo município a partir de termo de adesão a este programa federal. Dessa maneira, de forma breve, pode-se caracterizar a Secretaria de Assistência Social e Habitação como tendo sido criada no município em 16 de fevereiro de 2009 pela Lei Municipal nº 3.352/2009. Seu objetivo é a concretização da política da Assistência Social, conforme prevista em lei e busca de atendimento das demandas da população da forma mais humanizada possível.

É por meio da Secretaria que o município atua na coordenação e instalação de programas na área social e familiar, na luta contra a pobreza. Faz isso de maneira direta ou indireta, quando realiza o atendimento sócio familiar a cidadãos em situação de risco pessoal e social, esse atendimento inclui adultos e crianças.

O Sistema Municipal de Assistência Social, segundo a Lei Municipal 3.352/2009, é baseado em eixos de intervenção: proteção social, proteção especial, enfrentamento à pobreza e aprimoramento da gestão, a coordenação e implementação dos programas de atenção social à criança, o acompanhamento, elaboração e execução de políticas de combate às drogas, a coordenação e implementação dos programas de atenção social à pessoa com deficiência, a coordenação e implementação dos programas de atenção social à pessoa idosa e a coordenação da gestão dos fundos direcionados à Secretaria. A partir dessa descrição, pode-se justificar a importância da Secretaria para o município, sendo ela uma das bases para o desenvolvimento humano e social.

As ações da Secretaria são de grande significação e está inserida no macroambiente da região do COREDE Médio Alto Uruguai. Desse modo, pode-se realizar uma análise comparativa com os outros municípios que formam essa região, com dados que servirão de parâmetro para um estudo, onde

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

poderão ser apreciados se os numeradores do município de Frederico Westphalen sofrem uma influência das ações desta Secretaria e por isso os índices apresentados são melhores ou ainda, verificar se as políticas públicas municipais não estão agindo como agente modificador e justificam índices não tão positivos que serão apresentados após a pesquisa.

A partir de dados apresentados pelo site da Fundação de Economia e Estatística - FEE, pode-se perceber um perfil socioeconômico do Conselho Regional do Médio Alto Uruguai - COREDE, e do Conselho de Desenvolvimento Regional do Médio Alto Uruguai - CODEMAU, da seguinte maneira: População Total (2014) 148.476 habitantes, área (2013) 4.200,3 km², densidade demográfica (2013) 35,1 hab/km², taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) 9,42 %, expectativa de vida ao nascer (2000) 71,25 anos, coeficiente de mortalidade infantil (2012) 9,80 por mil nascidos vivos, PIB pm (2012) R\$ mil 2.505.642, PIB per capita (2012) R\$ 17.017. O município de Frederico Westphalen, segundo dados do CODEMAU (2014), concentra 20% da população do Corede Alto Uruguai, que em 2014 era de 148.476 habitantes (FEE,2015).

A partir de uma contextualização em nível regional, o presente estudo apresenta dados mais significativos, podendo ser analisado em âmbito regional e mensurada a importância da atuação da Secretaria no desenvolvimento do município por meio do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA. É de extrema importância que as ações municipais apresentem resultados que possam ser medidos em nível regional, demonstrando a importância das políticas públicas para o fortalecimento e desenvolvimento regional.

O presente estudo propôs ainda uma análise dos beneficiários do programa social PAA ofertado pela Secretaria, de modo a diagnosticar a situação socioeconômica das famílias e avaliar se existe mudança na vulnerabilidade dos atendidos pela referente política pública de adesão municipal. Dessa maneira, foi possível ter um diagnóstico dos resultados reais das ações dessa política, se é realmente efetiva na mudança da realidade socioeconômica das famílias atendidas. Este vem ao encontro a duas prerrogativas, a primeira é a importância das políticas públicas dentro da própria Gestão Pública, uma matéria que foi recentemente trabalhada e despertou grande atenção, devido a sua abrangência e relevância. Já a segunda prerrogativa, explicitou-se quando foi realizada uma visita à Secretaria da Assistência Social e Habitação do município de Frederico Westphalen/RS, e após conversa com os servidores alocados surgiram as dúvidas quanto a efetividade de tantas ações que envolvem o orçamento público e problemas tão recorrentes, como falta de habitação, falta de qualificação profissional e a própria carência de muitos moradores do município, como pode ser observado ao transitar em bairros menos favorecidos.

2 METODOLOGIA

A metodologia consiste em procedimentos utilizados na realização desse estudo, é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para resolver problemas de aquisição objetiva de conhecimento, de uma maneira sistemática, ou seja, é a maneira utilizada para atingir um objetivo.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa e quantitativa e o desenvolvimento dela será baseado em planejamento e conhecimento previamente existente e integrado com conhecimento científico que foi obtido através da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa qualitativa se deve ao estudo de aspectos da realidade que não podem ser quantificados, como conceitos.

Juntamente com a pesquisa qualitativa, foi utilizada a pesquisa quantitativa, por meio de questionários e entrevistas, uma vez que, o estudo necessitou produzir informações para mensurar e quantificar a pesquisa. Desta maneira foram realizadas visitas in loco, com o intuito de conhecer a realidade das famílias, evidenciando a real necessidade do programa no saneamento de suas atividades rotineiras. Fato este que muito contribuiu para que a acadêmica pudesse realizar uma análise clara e precisam de todo o ambiente que compõem a estrutura do programa e seus beneficiários.

A pesquisa foi aplicada aos beneficiários cadastrados no programa PAA, e desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do município de Frederico Westphalen. A partir dos cadastros existentes na Secretaria, foram realizadas visitas e aplicados questionários que teve por objetivo levantar indicadores que puderam mensurar o perfil dos beneficiários e se existe uma melhora da qualidade de vida desde que começaram a participar do programa em questão. Posteriormente, será construída uma análise da percepção dos entrevistados sobre o programa e sobre sua situação socioeconômica, para então verificar se os indicadores apresentam evolução.

O universo da amostra compreendeu uma listagem de 100 beneficiados pelo programa, no qual se extraiu uma amostra de 53 beneficiados que responderam um questionário com perguntas fechadas conforme o apêndice 01 deste estudo. Desta maneira, considerou-se para efetuar os cálculos de porcentagem como 100% quando se tratou da amostra de 53 entrevistados, ocorrendo arredondamentos para melhor compreensão. O questionário aplicado possui questões para a construção de um perfil dos beneficiários do programa PAA. E teve como objetivo conhecer o perfil daqueles a quem o programa social se dirige. Com essas informações a própria Secretaria poderá aperfeiçoar tanto suas políticas públicas como a forma de como estas são aplicadas. A identificação das diferentes necessidades pode acontecer um direcionamento da política pública, verificando a realidade local.

3 DESENVOLVIMENTO

A partir dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promulgada na CF de 1988, pode-se enquadrar como função da União a obrigação de lutar para que sejam garantidos os direitos constitucionais do cidadão, e a mesma obrigação é compartilhada de forma mais regional com o Estado e o Município. O Município através de suas Secretarias absorve várias dessas demandas, tendo o objetivo de sanar as necessidades básicas da população. Dentro do próprio município existem entidades como o Ministério Público e o Legislativo que fiscalizam a garantia desses direitos

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

aos cidadãos, exercendo a função de controle e participando da criação de leis que beneficiem a população. Desse modo, as políticas públicas, tanto as federais que são aderidas pelos municípios, quanto as municipais, criadas especificamente para a população local, tem a finalidade de garantir os direitos básicos dos cidadãos e tornar sua qualidade de vida melhor. A revisão bibliográfica a seguir trata da conceituação das políticas públicas, um breve histórico, sua influência no desenvolvimento regional, e uma caracterização do Programa social PAA, que após adesão é desenvolvido atualmente pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Frederico Westphalen/RS.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO

As políticas públicas são o instrumento que vem ao encontro das necessidades da população, criando maneiras de contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida.

Políticas Públicas, para Rua (2009, p. 19) “são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

De um modo geral, pode-se dizer que as políticas públicas tratam de um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, de forma direta ou indireta, que garante à população direitos básicos. Satisfazem direitos assegurados na constituição, mínimos para que se viva de forma digna e humana. No atual formato econômico que se apresenta o país, essas políticas públicas tem por objetivo diminuir a pobreza e as desigualdades sociais, assegurar o acesso à cidadania e aumentar a participação social de forma democrática.

A partir de uma análise de Sposati (1986), as políticas públicas, na história do Brasil, passaram a existir com base nas transformações socioeconômicas. Houve uma época em que o foco principal do governo era o crescimento econômico do país, sem levar em conta o bem estar da população e a garantia de seus direitos sociais, pois na década de 19 a maioria da população era rural, em torno de 70%, com uma economia agrícola, antes disso não haviam políticas públicas, apenas cresciam entidades sociais de religiosos e leigos, que hoje podem ser caracterizadas como ONGs e o principal foco delas eram internatos e educandários, assumindo um papel de proteção social que nessa época o Estado não oferecia.

Na década de 20, são aprovadas leis que abrem caminho à intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho e leis que cobrem uma parcela chamada “proteção ao trabalho”, férias, acidente de trabalho, código de menores, seguro-doença etc (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 20).

Nesse período começou uma preocupação com o bem estar laboral da população, a classe operária estava desassistida, e com a regulamentação do mercado de trabalho além de uma espécie de controle sobre a classe operária.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

Oliveira e Teixeira (1985) afirmam que a partir dessa época, teve início a Política Social brasileira, que se contemporizou até a Revolução de 1930, quando os direitos sociais foram ampliados a um número maior de trabalhadores.

As Leis Sociais aparecem, então, para responder aos movimentos sociais que lutam por uma cidadania social. Esses movimentos refletem e são elementos dinâmicos das profundas transformações da sociedade, quando da consolidação de um polo industrial, pois colocam os problemas e exigem modificação na composição de forças dentro do Estado e no relacionamento deste com as classes sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 28).

Não há como adentrar nesses quesitos sem mencionar o governo de Getúlio Vargas e alguns fatos que foram essenciais para a solidificação das políticas públicas no Brasil.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1983), a Revolução de 1930 deu início a Era Vargas, que foi marcada pela industrialização, pela política centralizadora, modernizante e excludente, e ainda houve criações de repartições marcantes como Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Ministério da Educação e Saúde, a Universidade do Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Foi ainda, marcos histórico desse governo, a instituição das leis trabalhistas que norteavam a garantias como jornada de trabalho de 08 horas diárias, férias remuneradas e a carteira de trabalho, o que possibilitava os trabalhadores a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, além ainda da criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões, hoje INSS, a instituição do salário mínimo, a criação da Justiça Eleitoral e a garantia do voto feminino e secreto.

Pode-se, dessa forma, perceber o quanto as políticas públicas, mesmo de forma primária, evoluíram nesse período, quando a classe trabalhadora parou de ser vista apenas como mão de obra e passou a ser valorizada, com necessidades e direitos adquiridos, dando um novo formato a sociedade labutadora brasileira.

Já para Hermany e Rodembusch (2010) a política pública em sua origem vem do esforço de vários setores da população que lutavam por melhores condições de vida, onde se cumpre o poder da participação política e exercendo a democracia. A formulação das políticas públicas é gerada principalmente por iniciativas dos poderes executivo ou legislativo, ou ainda por ação conjunta, essas iniciativas partem de demandas da sociedade e necessitam a participação da mesma na sua formulação, no acompanhamento e na avaliação e tem esses quesitos assegurados na lei que as institui.

A Lei Complementar nº 131 - Lei da Transparência, de 27 de maio de 2009, aborda a participação da sociedade da seguinte maneira:

- I. - Incentivo à participação popular e realização de audiência pública, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

- II. - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Dessa maneira, conforme previsto na Lei da Transparência, todos os poderes públicos em todas esferas e níveis da administração pública, tem a obrigação a assegurar a participação popular na construção das políticas sociais, para que estas políticas possam vir a suprir uma necessidade real da população.

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas estão dentro de campos multidisciplinares orientados a explicar a natureza delas próprias e seus processos, na busca de construção de uma teoria geral, com o objetivo de reunir teorias de diferentes ciências sociais e econômicas.

Figueiredo (2009), afirma que de acordo com o aspecto econômico em escala regional, as políticas públicas tornam-se aliadas ao desenvolvimento regional, e buscam proporcionar o desenvolvimento de ações de igualdade inter-regional, considerando a região como um território com escala e massa crítica de recursos suscetíveis, e a partir da construção de um quadro estratégico de prospecção, serão identificados desiguais de participação dos atores regionais e locais.

A lógica de definir regiões parte do critério de abrangência territorial que traga funcionalidade na articulação dos fatores políticos e econômicos, para que em determinadas situações a regionalização não se tornem um empecilho às práticas coletivas. Pois, a partir disso, os municípios poderão, de maneira vinculada, avaliarem os problemas relacionados às suas regiões, de maneira a buscar alternativas para os problemas identificados.

No caso específico do Estado do Rio Grande do Sul, na década de 1990, iniciou uma tentativa de Regionalização Administrativa por meio da implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's). O fato se deu a partir de uma análise na Constituição Estadual, em especial no que se refere ao desenvolvimento regional, expressa nos artigos 166 a 170, que tratam da criação de um órgão específico para o planejamento do desenvolvimento regional e de um instrumento de participação popular no processo de decisão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional. A implantação dos COREDE's buscava o rompimento com o modelo tradicional centralizado de gestão pública, como resposta às transformações que ocorreram a partir da década de 1980 no Brasil e no mundo (KRUTZMANN e MASSUQUETTI, 2008).

3.1.1 Políticas Públicas no Desenvolvimento Local

As políticas públicas tem grande influência nos indicadores de desenvolvimento local de uma região. São elas, grandes responsáveis por mudanças significativas da realidade local.

A respeito das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional pode-se citar que é

[...] um referencial de análise que ajude a sistematizar e a construir uma apreciação crítica fundamentada das políticas de iniciativa central, regional e local direta ou

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

indiretamente associáveis ao tema do desenvolvimento. A abordagem do quadro diversificado e evolutivo das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional é realizada tendo sempre presente o sistema de planejamento que concebe, executa, coordena, acompanha e avalia tais políticas (FIGUEIREDO, 2009, p. 681).

As Políticas Públicas são basicamente associadas à existência de falhas de mercado, a utilização delas no Desenvolvimento Regional, tendo como base essas falhas de mercado, torna possível analisar se dariam condições para propiciar o desenvolvimento da região e atender os tipos de políticas necessárias.

Segundo Figueiredo (2009), as Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional surgem a partir das falhas de mercado existentes nas regiões, a partir de um nível social ou politicamente indesejável, com sucessivos desequilíbrios da renda per capita ou entre o distinto comportamento de desenvolvimento das regiões.

Na verdade, os mercados regionais, tanto a nível econômico ou político possuem algumas imperfeições, casos de erros que fogem do controle do que pode ser considerado normal. Deste modo, surge a necessidade de criar mecanismos que venham ao encontro dessas lacunas.

É comum a arquitetura de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional num sistema de planejamento concreto combinar de modo diverso os tipos de políticas, atribuindo ou não a algum dos tipos considerados o estatuto de política estruturante (FIGUEIREDO, 2009, p. 686).

Silva (1998) acredita que o desenvolvimento econômico local pode ser definido como o conjunto de estratégias e ações para a construção da base produtiva local e pode provocar impactos no território. Já o desenvolvimento local pode ser entendido como um município, parte de município, um conjunto de municípios, um estado ou mesmo uma região.

O desenvolvimento econômico de uma localidade abrange ações e estratégias que atingem a realidade produtiva da região, além disso compreendem o desenvolvimento de um município ou região.

As ações e estratégias de desenvolvimento econômico local ocorrem em um espaço herdado que é constituído por uma história local, um padrão de organização do território e da força de trabalho e por um dado grau de desigualdades sociais. A execução de estratégias sobre o espaço herdado promove impactos e possibilita a construção de um espaço projetado ou não, mas certamente transformado (COELHO, 1996, p. 24).

Ainda parafraseando Coelho (1996), pode-se dizer que essas políticas e estratégias direcionam o desenvolvimento, de maneira que reduzem as desigualdades sociais e melhoram as condições de vida das classes trabalhadoras e mais vulneráveis e incentivam o avanço democrático permitindo a participação mais ampla da sociedade.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

A região e suas desigualdades são um reflexo de vários fatores, desde sua formação, com a apropriação da terra, do capital, da renda, do modo como se produz, da educação na sociedade e a capacidade de desenvolvimento e inovação. A gestão pública deve fazer essa análise e então poderá definir onde melhor se ajustará a aplicação do dinheiro público, gerando maior bem estar e também desenvolvimento em geral.

Os municípios possuem algumas competências e responsabilidades quanto a realização de sua gestão, essas são definidas na Constituição Federal e detalhada na sua Lei Orgânica Municipal. O município possui larga autonomia para definir suas políticas e aplicar seus recursos, que são definidas no art. 30 da Constituição Federal:

Legislar sobre assuntos de interesse local, expressão bastante abrangente, detalhada na Lei Orgânica Municipal;

Instituir e arrecadar os tributos de sua competência sobre serviços, predial urbano, transmissão intervivos de bens imóveis, varejo de combustíveis líquidos.

O município pode regular matérias conforme peculiaridades locais, ou, em caso de omissão de outra esfera, não sendo competência exclusiva, preencher a lacuna.

Conforme a Constituição Federal de 1988, competências sobre as políticas públicas, como assistência social, meio ambiente, habitação, saneamento, produção agropecuária, abastecimento alimentar, educação, saúde, são competências comum com a União e o Estado, a ser exercida com a cooperação dessas esferas de poder, pela transferência de recursos, ou pela cooperação técnica. Isso clarifica o tamanho de competências destinadas ao município, mas o grande problema é dar conta de todos esses fatores com uma receita limitada.

3.1.2 Políticas Públicas Municipais

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos municípios o direito de desenvolver sua própria lei orgânica e legislar sobre assuntos locais de interesse próprio. Com isso veio também o aumento de competências, no entanto, a capacidade financeira dos municípios varia de 18 a 20% da participação da receita tributária, gerando dessa maneira a obrigação de solicitar recursos as esferas superiores para que se possa sanar as necessidades locais.

Os municípios, com mais responsabilidades, tiveram na construção de suas leis orgânicas a especificação de competências, com autonomia para definir suas políticas e aplicar seus recursos. Porém, a CF, no art. 30 define como responsabilidade do município:

- a. legislar sobre assuntos de interesse local, expressão bastante abrangente, detalhada na Lei Orgânica. b) instituir e arrecadar impostos sobre serviços, predial urbano, transmissão Intervivos de bens imóveis, varejo de combustíveis líquidos.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

Algumas áreas, como a própria assistência social que é a área tratada nesse estudo, tem competência comum com a União e o Estado, exercida com a cooperação dessas esferas de poder, com transparência de recursos ou auxílio técnico. Dessa maneira, nos municípios existem vários programas federais, com termos de adesão que beneficiam a população.

A própria Constituição garante ainda ao cidadão o direito a Seguridade Social, que inclui a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social. Historicamente, a Assistência Social era vista como caridade e clientelismo, atualmente, vêm tentando superar e modificar essa realidade dominante por muito tempo, prevendo ações de combate à pobreza, buscando o bem estar social e tentando influenciar outras áreas como a economia.

Em 07 de dezembro de 1993, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, essa definindo o entendimento de ações da assistência social que envolvia ações destinadas à família, maternidade, infância, adolescência, velhice, portadores de deficiências, inserção no mercado de trabalho. Seus princípios são da universalização, respeito à cidadania, igualdade de acesso aos serviços, transparência, descentralização, participação de organizações da sociedade civil na formulação das políticas e no controle das ações e a primazia da responsabilidade do Estado na condução das políticas.

Foram instituídos pela Secretaria alguns quesitos fundamentais e obrigatórios para que os beneficiários possam permanecer nos programas, isso para garantir um controle do bom uso dos recursos públicos e um monitoramento das famílias em vulnerabilidade social. Um dos requisitos obrigatórios para as famílias permanecerem como beneficiárias dos programas é o encontro mensal com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de forma que se dividam em grupos e conversem sobre determinados temas. Além disso, alguém da família precisa participar das oficinas ou dos cursos ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

3.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Conforme definição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Criado pela Lei Federal 10.696, de 02 de julho de 2003, no art. 19, o programa normatiza a distribuição gratuita a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. O alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos (MDS, 2015).

Conforme art. 2º, do Decreto 7.775 de 04 de julho de 2012, entre os principais objetivos do programa estão: fortalecer a agricultura familiar; fortalecer circuitos locais e regionais e também as

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

redes de comercialização; valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivar hábitos alimentares saudáveis; e estimular a organização dos agricultores familiares em cooperativas e associações.

O PAA tem como público beneficiário os fornecedores e os consumidores. Os fornecedores são os agricultores familiares que fornecem seus produtos ao Programa, individualmente ou por meio de suas organizações, como associações e cooperativas, valorizando a produção local de cada região e colaborando com o consumo de uma alimentação mais saudável. Já os consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e os que são atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como os restaurantes populares e as cozinhas comunitárias. Muitas famílias em situação de vulnerabilidade social tem através do programa, a oportunidade de usufruir de uma alimentação balanceada, que em muitos casos é o diferencial para sua alimentação limitada pelos recursos financeiros.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDSCF define ainda quem pode receber os alimentos que são as entidades que recebem os alimentos do PAA e os distribuem aos beneficiários consumidores. Estas entidades podem ser: • Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; • Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP; • Equipamento que ofereça o serviço de acolhimento a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral; • Entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestem atendimento e assessoramento aos beneficiários da Assistência Social, bem como atuem na defesa e garantia de direitos, e que obrigatoriamente estejam inscritas no conselho municipal de assistência social; • Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS; • Equipamentos de segurança alimentar e nutricional: • Restaurantes Populares; • Cozinhas Comunitárias; • Bancos de Alimentos; • Estruturas públicas que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores, no âmbito das redes públicas de educação, conforme regulamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, de justiça e de segurança; • Redes públicas e serviços públicos de saúde que ofereçam serviços de saúde básicos, ambulatoriais e hospitalares por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, e estabelecimentos de saúde de direito privado sem fins lucrativos que possuam Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social - CEBAS, que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores.

No município de Frederico Westphalen, o termo de adesão ao programa federal PAA foi assinado no ano de 2007 e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma das entidades que recebe os produtos e, assim, através do repasse, beneficia 100 famílias que estão em acompanhamento, através dos programas sociais, e que estejam em situação de carência nutricional. O valor financeiro para execução desta proposta junto ao município é de R\$ 210 mil reais por ano, recurso destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar e das agroindústrias do município, contemplando assim 37 agricultores cadastrados para entrega dos 42 produtos vinculados. As entidades e as famílias recebem os produtos diretamente do agricultor, de acordo com sua demanda e também com a disponibilidade destes, considerando a época de produção. Como um dos quesitos para que

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

continuam recebendo o benefício é a participação de atividades de convivência e cursos profissionalizantes, muitos participantes podem aprender uma profissão. Dessa maneira, podem ser inseridos no mercado de trabalho e modificar a realidade onde atualmente se encontram.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tomou-se por base uma lista de 100 beneficiados pelo programa no Município, foram entrevistados um total de 53 pessoas, que fizeram parte do grupo de inscritos no PAA na última proposta do programa. A entrega aconteceu no mês de março de 2016 e o Município aguarda o lançamento da nova proposta vinda do Governo Federal. Partiu-se de um questionário estruturado com perguntas fechadas, foi possível identificar um perfil dos últimos beneficiários e a opinião a respeito da relevância do Programa em suas famílias no período vigente. Teve-se como ponto de partida do questionário perguntas que tem por objetivo analisar o perfil dos entrevistados, foram questionados alguns fatores que contribuem para a formação do perfil dos beneficiários, com questionamentos pessoais de gênero, faixa etária, estado civil, trabalho, escolaridade, casa própria, componentes do grupo familiar, vínculo empregatício, renda familiar e tempo de participação no programa.

O perfil dos entrevistados é definido basicamente como sendo 85% do sexo feminino e 15% masculinos os titulares da inscrição no Programa, demonstrando o aumento da chefia de família por mulheres e ainda como responsáveis para provento do núcleo familiar. Quanto à faixa etária, as idades ficaram divididas e bem variadas, sendo que 30% estão na faixa etária de 21 a 30 anos, 23% na faixa de 31 a 40 anos, 24% faixa de 41 a 50 anos, somando 77% dos entrevistados pertencentes a faixa economicamente ativa. Como a maioria dos entrevistados é do sexo feminino e mais de 50% são das faixas de 21 a 30 anos e de 31 a 40 anos, pode salientar que são teoricamente aptas ao trabalho.

Na sequência, pode-se observar o estado civil dos entrevistados, que por possuírem em sua maioria idade adulta, são em sua grande maioria pertencente a um relacionamento conjugal. O estado civil mais frequente é o de casado, seguido pela resposta solteiro, o que somando totaliza o percentual de 85% da amostra de entrevistados, deixando uma margem pequena para as outras opções contidas no questionário, que eram viúvo ou divorciados. Quando questionados referente ao estado civil a grande maioria, 51% é casado e 34% é solteiro. Como citado anteriormente, estão em um relacionamento conjugal, com idade adulta, a possibilidade de aumentar a família ainda é grande, aumentando o número de dependentes e influenciando diretamente no próximo fator que é o fato de trabalharem ou não para poderem prover o núcleo familiar.

Quando questionados se trabalham, 74% dos entrevistados responderam que não, 11% responderam que sim e 15% afirmaram ser aposentados, o que evidencia a necessidade e importância desse auxílio na para manutenção da família. No entanto, se for analisado o ponto de possível aumento da família, é preocupante o aumento do núcleo familiar e a pouca possibilidade de manutenção desses integrantes através de trabalho fixo remunerado pelos chefes da família.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

O próximo ponto que foi analisado foi o fator escolaridade, que evidencia o baixo grau de estudo dos indivíduos, o que reflete na qualificação de mão de obra para busca de um trabalho com remuneração fixa. A escolaridade mais respondida foi de 51% que correspondem a Ensino Fundamental Completo e em segundo lugar, 36% Ensino Fundamental Incompleto, evidenciando a pouca qualificação de mão de obra quando da busca de uma atividade remunerada. Este fato justifica o alto percentual de desemprego, pois há grande precariedade nas oportunidades de estudo, muitos deles comentavam ter parado de estudar para ajudar a família a cuidar dos irmãos mais jovens.

Em seguida foi questionado quantos dos entrevistados são proprietários das casas onde residem, a maioria dos entrevistados respondeu que possuem casa própria. Quando questionados se a casa onde residiam era própria, 98% afirmaram que sim e 2% que não, no entanto, as residências vistas durante as entrevistas eram de notória humildade e simplicidade, casas pequenas que abrigavam uma família grande e com poucas condições de conforto. Como expõem a questão a seguir que evidenciam os componentes do grupo familiar.

Quando questionados referente a composição do núcleo familiar, 45% residiam com 5 pessoas, 25% com mais de 5 pessoas, 24% com 4 pessoas, o que demonstra o que foi afirmado anteriormente sobre famílias com número grande, poucos recursos, e necessidade de ajuda pelas políticas públicas. Com um núcleo familiar, na maioria dos entrevistados, com vários componentes, torna-se uma situação apreensiva pensar em quantos desses componentes tem vínculo empregatício.

Ainda referindo-se a essa questão, a pergunta de quantos da família possuíam vínculo empregatício, 100% responderam que tratava-se de 1 ou 2 membros, se levado em conta as famílias com 5 ou mais integrantes e o próximo questionamento onde afirmam que a renda familiar fixa de 53% é de um salário mínimo e de 47% é de menos de um salário mínimo, fica ainda mais evidente as dificuldades que essas famílias tem em se alimentar e manter uma qualidade nutricional, o que evitaria doenças e melhoraria a qualidade de vida.

Leva-se em conta ainda, que uma parte significativa da família, de 1 a 2 componentes, em alguns casos até 3, são crianças em desenvolvimento físico e intelectual, o que gera uma necessidade ainda maior de uma nutrição balanceada e rica em nutrientes para que possam se desenvolver de maneira plena e saudável, transformando-se em adultos aptos aos estudos e ao trabalho.

A renda familiar varia de menos de um salário mínimo até um salário mínimo, se considerado um núcleo familiar com 5 pessoas, como em muitos casos acontece com os entrevistados, um salário mínimo no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) dividido por esses 5 membros, tem-se uma média per capita de R\$ 176,00 mensais (valores vigentes no ano da pesquisa - 2016), pra suprir as necessidades com alimentação, vestimenta, higiene pessoal e até mesmo eventuais doenças, além ainda da manutenção do lar com materiais de limpeza e materiais dessa natureza. Valor extremamente limitado e inviável para manter uma alimentação balanceada e saudável.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

Conforme já mencionado anteriormente, a necessidade de uma alimentação rica e nutritiva é necessária em todos os núcleos familiares. No entanto, a maioria das famílias entrevistadas apresentou uma renda baixa que evidencia a falta de condições de manter um parâmetro de consumo de alimentos saudáveis. Esta necessidade latente torna mais evidente ainda a condição de dependência dessas famílias ao programa, pois somente assim consegue receber, mesmo sendo em forma de auxílio, os alimentos que necessitam consumir para manter a saúde e a nutrição ideal. Este fato também justifica a permanência dessas famílias no programa por mais de uma proposta, já que é a maneira mais acessível de adquirir esses alimentos.

Os entrevistados foram questionados ainda, em forma de pergunta aberta, há quanto tempo participam do programa, 57% responderam que participam a mais de um ano e 43% participam a menos de um ano.

Conforme citado anteriormente, muitas famílias veem no programa uma única alternativa para manter uma alimentação saudável, principalmente quando possuem crianças fazendo parte do núcleo familiar. O ideal seria que toda população tivesse a possibilidade de consumir alimentos ricos em nutrientes, podendo assim ser fonte de energia para desempenharem suas funções rotineiras, como estudo e trabalho.

As perguntas a seguir tratam das percepções dos entrevistados quanto ao programa e como este vem sendo visto por eles a partir de diferentes aspectos. As questões feitas aos entrevistados possuíam alternativas de múltipla escolha, onde podiam responder as seguintes opções: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente. A partir destas respostas, foram elaborados os gráficos com a opinião dos entrevistados a respeito da melhoria da qualidade de vida depois da ação do programa em suas famílias.

Os beneficiários foram questionados quanto à melhoria de acesso dos usuários à saúde depois do início de participação no Programa, no entanto, 91% se mostraram indiferentes quanto a esse aspecto, deixando claro que mesmo o Programa usando os encontros de fortalecimento de vínculos para conscientizar e tratar sobre questões de saúde, a maioria não teve interesse e não viu melhorias no acesso a saúde familiar.

No Município, quem faz o controle da distribuição do Programa e as reuniões de vínculos é o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, ele é responsável pelas atividades que os inscritos participam durante o Programa, desta forma, foi questionado quanto à participação desses beneficiados, 51% responderam ser indiferente, ou seja, certamente não participa das atividades, o que vem ao encontro da questão anterior, onde afirmaram que são indiferentes a melhorias de acesso à saúde, mas se não participarem das ações propostas pelo CRAS, dificilmente vão perceber alguma melhoria nas questões tratadas nas reuniões de vínculos.

Quando questionados se algum elemento da família participa das atividades propostas pelo CRAS ou CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, 51% continuou respondendo ser

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

indiferente a questão e 41% concordou parcialmente, ou seja, provavelmente essa parcela participa de algumas reuniões, mas não se faz presente em todas as atividades propostas.

Isso deixa apenas um percentual de 8% como participantes mais assíduos dos cursos e reuniões propostos pelo CREAS e CRAS, diminuindo as chances de uma melhora de qualidade de vida que seria atingida caso os beneficiários conseguissem melhorar sua mão de obra para conseguir uma atividade remunerada que traria melhorias para suas vidas.

Dessa forma, 51% diz-se indiferente a possibilidade de adquirir um emprego através das atividades profissionalizantes ofertadas pela Secretaria da Assistência Social e Habitação através do Centro de Referência a Assistência Social - CRAS ou Centro de Referência Especializado a Assistência Social - CREAS, 41% concorda parcialmente que suas chances aumentariam e apenas 8% concorda totalmente com a afirmação, crendo que os cursos e atividades oferecidos podem dar chances a eles de uma modificação da realidade em que vivem. Percebeu-se nessa questão, o quão os beneficiários do programa não priorizam as oportunidades de participar dos cursos profissionalizantes ofertados.

Nessa questão, a pergunta refere-se quanto à melhoria no convívio com a sociedade, já que as atividades propostas pela Secretaria promovem a integração social, 55% concordam parcialmente com a afirmativa, 33% se diz indiferente e apenas 14% concordam totalmente e acredita que houve uma melhoria na interação social a partir do ingresso no Programa.

As atividades propostas nas reuniões de fortalecimento de vínculos têm por objetivo socializar os participantes criando elos afetivos de convivência e cooperação, quando os beneficiados ou familiares não participam dessas ações, acabam minimizando os efeitos positivos que poderiam beneficia-los. Como a parcela populacional que participa do programa é a parcela mais humilde da sociedade, já trazem consigo um sentimento de exclusão social, o que seria remediado se participassem ativamente das reuniões propostas e das atividades definidas.

Quando questionados com relação a satisfação dos beneficiários com o programa e a importância do mesmo em sua realidade familiar, 100% dos entrevistados concordam totalmente quando se afirma que os alimentos recebidos através do Programa satisfaz as necessidades. Pode-se dizer que com a dificuldade financeira da maioria dos entrevistados, é quase que óbvio que todo alimento recebido vem ao encontro das necessidades alimentícias dos beneficiários, já que a proposta do Programa é pautada em suprir as necessidades nutricionais com alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Os entrevistados têm renda limitada, o que impede muitas vezes de adquirirem alguns tipos de produtos, que tem valor nutricional, auxiliando no desenvolvimento das crianças e na manutenção da saúde dos adultos. Esse limite de renda, evidente durante a pesquisa, quando do recebimento do auxílio do programa, pode possibilitar a compra de outros bens dentro do núcleo familiar dos entrevistados, até mesmo outras espécies de alimentação, que antes não era possível adquirir, depois da participação do programa foi viável sua aquisição, melhorando a qualidade de vidas das famílias favorecidas pelo programa.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

Quando questionados sobre a compra de outros bens com o valor antes gasto em alimentação, 79% concordam parcialmente que podem utilizar o dinheiro que recebem para adquirir outros bens, já que antes do programa o dinheiro recebido era direcionado em sua grande maioria para a aquisição de alimentos em casas comerciais. Com o valor que deixa de ser gasto na alimentação, podem adquirir outros bens que sejam de uso essencial ao núcleo familiar.

Quando questionados a ajuda que o Programa deu em relação ao saneamento básico, 60% concorda parcialmente que houve essa melhoria, pois é válido lembrar que o saneamento tem a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, então antes o dinheiro que era gasto em alimentos pode ser destinado também à aquisição de material de limpeza e higiene pessoal. Mas não deixa de ser alarmante a porcentagem de 40% dos entrevistados que se mostram indiferente a essa melhoria, pois trata de um aspecto que está inserido na saúde familiar.

De um modo geral, foi questionado se os beneficiários estão satisfeitos com a atuação do programa em suas vidas, 89% concordou totalmente, comentando até mesmo de maneira informal que não saberiam o que fazer se o programa não existisse, pois contam com ele para ter uma alimentação saudável. Mesmo muitos se mostrando indiferentes, referente a algumas questões levantadas na pesquisa, todos valorizam de maneira significativa a importância que o Programa tem na manutenção da alimentação do núcleo familiar.

O presente questionário serviu de instrumento para que fossem evidenciados os efeitos do programa na vida dos beneficiados por ele. Como toda política pública criada, os objetivos do PAA são os melhores, auxiliar no consumo de produtos de qualidade e sanar as carências nutricionais das famílias em risco nutricional. No entanto, o que acaba sendo percebido, é que muitas famílias ficam dependentes desses programas, contando com eles de maneira essencial em sua manutenção mensal, e como no caso do PAA, quando acontecem os intervalos de propostas, a família fica desassistida e sem saber a quem recorrer para manter uma alimentação digna.

Os encontros de fortalecimento de vínculos disponibilizados pelo CRAS têm como objetivo trabalhar uma conscientização dos participantes nas suas responsabilidades com a melhora da qualidade de vida, da saúde e do saneamento básico de seus lares, porém, se esses beneficiários não participarem dessas reuniões e dos cursos profissionalizantes aos quais são encaminhados, o programa apenas terá uma função assistencialista, não modificando em nada o futuro dessas pessoas.

Uma falha observada nos controles realizados pela Secretaria seria o trabalho informal, pois alguns beneficiários prestam serviços no mercado informal, como faxinas e auxiliares de pedreiro, mas como não tem registros trabalhistas, acabam por se caracterizar como sem renda, o que demonstra falha nos indicadores e parâmetros analisados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve grande valor já que podemos aliar a teoria adquirida nos bancos da universidade com a realidade prática do setor público. Quando se olha de fora a realidade do setor

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

público não se consegue imaginar a complexidade de suas ações e a amplitude de seus problemas. A área da Assistência Social é de grande delicadeza, os problemas que as políticas sociais tentam suprir são inúmeros e na atualidade econômica que o próprio país se encontra, as dificuldades de uma parcela mais desassistida são preocupantes.

O objetivo geral desse estudo é a análise do impacto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação no município de Frederico Westphalen/RS. Através da visita domiciliar para a aplicação dos questionários às famílias entrevistadas foi possível fazer uma análise que foi composta pela realidade encontrada e pelas respostas dadas pelos beneficiários quando questionados sobre vários aspectos do Programa.

A identificação das ações sociais desenvolvidas pelo Programa PAA no Município por meio de visita ao CRAS e conversa com a assistente social responsável pode se entender o funcionamento do Programa e entender as ações do mesmo, que não são somente a entrega dos alimentos as famílias beneficiadas, mas reunião de vínculos com atividades que envolviam palestras de prevenção de doenças até mesmo ao direcionamento de cursos profissionalizantes que podem direcionar alguns integrantes da família a inserção no mercado de trabalho.

Referente ao público atingido pelo Programa PAA que são famílias em vulnerabilidade social e com necessidade de suplementação alimentar que se encontram em situação de insegurança alimentar. Além ainda da verificação das percepções dos beneficiários sobre o programa, onde podemos averiguar que muitos não se importam com as atividades oferecidas para que saiam da situação que se encontram, mas que se importa com o fato de estarem ganhando esse benefício, pois dependem visivelmente disso para suprir as necessidades alimentícias familiares.

A averiguação de que se o Programa PAA agia como agente modificador na qualidade de vida da população municipal. Pelo que se pode observar nas entrevistas e também nas respostas adquiridas no questionário, pode-se sim afirmar que o Programa é um elemento que muito contribui com a melhoria da qualidade de vida dos beneficiados, no entanto, percebe-se que sua ação é em grande parte passageira, pois grande parte dos beneficiados demonstrou valorizar os alimentos recebidos, mas não tem interesse nos cursos e atividades que poderiam vir a profissionalizá-los e fazer com que fossem inseridos no mercado de trabalho, modificando de forma definitiva a qualidade de vida dessas famílias.

Segundo opinião da assistente social que trabalha com o programa no município, alguns ajustes poderiam ser feitos, um deles seria o programa de informática que realiza os cadastros a nível nacional, o mesmo apresenta-se bastante problemático, caindo sua conexão frequentemente, dificultando o cadastro das famílias, dos agricultores que fornecem os alimentos e das ações realizadas. O que dificulta também a efetividade do programa é o atraso do repasse de valores para pagar cada proposta, arrastando os calendários de entrega, prejudicando o bom andamento do programa. No entanto, a responsável pelo programa afirma que pela sua observação das famílias, acredita ser de extrema importância o programa para manutenção alimentícias delas,

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

principalmente para aquelas que possuem crianças.

Sugere-se como sendo adequado o aumento de controle do Setor Público, onde os participantes dos programas sociais tivessem a obrigação de comparecer nos cursos profissionalizantes para continuar a receber o benefício e a limitação de cada família de poder participar apenas por um determinado período do Programa, dessa maneira talvez houvesse a conscientização de que quando acabasse o benefício a grande maioria teria que procurar outra forma de manter seu núcleo familiar.

Trabalhar com a conscientização das gerações mais jovens pode ser a maneira mais eficaz do poder público de diminuir a necessidade das ações das políticas públicas. O ser humano deve se sentir capaz de produzir seu sustento e lutar por uma qualidade de vida melhor.

REFERÊNCIAS

COELHO, Franklin D. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângelo; COELHO, Franklin Dias (org). Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.

Constituição Federal de 1988 Compilado disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm acessada em 15 de outubro de 2015.

Constituição Estadual disponível em <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LegislaCAo/ConstituiCAoEstadual/tabid/3683/Default.aspx> acessada em 15 de outubro de 2015.

Decreto Federal 7.775 de 04 de julho de 2012 disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_12_11_32_46_dec_reto_7775-2012_-_novo_decreto_paa.pdf acessado em 03 de junho de 2016.

FIGUEIREDO, Antonio Manuel. As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional. IN: COSTA, José da Silva; NIJKAMP, Peter (Org.). Compêndio de Economia Regional: Teoria, Temáticas e Políticas. v. 1. Coimbra: Principia, 2009.

HERMANY, Ricardo; RODEMBUSCH, Claudine Freire. Empoderamento Social. Porto Alegre/RS: Corag, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

Legislação - Lei da Transparência disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/Legislacao.asp> acessado em 14 de outubro de 2015.

Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

Lei Municipal 3.352 de 16 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.fredericowestphalen-rs.com.br/> acessado em 24 de outubro de 2015.

Lei Federal 10.696 de 02 de julho de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm acessado em 03 de junho de 2016.

KRUTZMANN, Vanessa; MASSUQUETTI, Angélica. O Processo de constituição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul: Análise da Evolução do Padrão de Vida da População no Período 2000-2004. In: II ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS, TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO REGIONAL,

2008, Chapecó.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. (IM) Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis, Vozes; (Rio de Janeiro): Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1985.

Perfil socioeconômico COREDE disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=M%E9dio+Alto+Uruguai> acessado em 30 de setembro de 2015.

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos> acessado em 30 de novembro de 2015.

RUA, Maria da G. Políticas públicas. Florianópolis: CAPES/UAB, 2009.

Secretaria da Assistência Social e Habitação disponível em <http://www.fredericowestphalen-rs.com.br/category/sec-ass-social-e-habitacao/> acessado em 30/09/2015.

SILVA, Claudete de Castro. Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa. Tese de Doutorado (doutorado em Geografia Humana). FFLCH da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVEIRA, Priscila. CRAS e Complementação Alimentar através do Programa de Aquisição de Alimentos disponível em <http://www.fredericowestphalen-rs.com.br/cras-entrega-1a-complementacao-alimentar-atraves-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos/> acessado em 30 de novembro de 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-44. jul./dez. 2006.



Data:
16 a 18
de Julho

Tema:
Possibilidades de
Desenvolvimento em
Territórios Periféricos



Eixo temático: EIXO 3: Gestão Empresarial

SPOSATI, Aldaiza O. Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

YASBEK, Maria C. Proteção Social. São Paulo: Cortez, 2001.